



RESOLUÇÃO

“Lutar pela urgente melhoria das condições de vida e de trabalho”

O STAL rejeita o ataque aos direitos dos trabalhadores e a política de empobrecimento que o governo PS tem vindo a impor, e reafirma a necessidade de resposta aos problemas com que estes se confrontam, sublinha a justeza da Proposta Reivindicativa Comum para 2023, apresentada pela Frente Comum, e exige a sua negociação efectiva, no sentido de reverter o actual caminho, garantindo o reforço dos direitos e das legítimas expectativas de melhores condições de vida e laborais dos trabalhadores.

O agravamento do custo de vida atingiu brutalmente – de forma muito particular em 2022 – os trabalhadores e pensionistas da Administração Pública, e em particular os da Administração Local, cujos rendimentos, em média, “encolheram” 20% nos últimos 13 anos.

Este quadro irá ficar mais difícil em 2023, com as ilusões criadas pelo governo PS a contrastar com a dura realidade: salários “curtos” para meses cada vez mais “longos”; o preço dos bens alimentares (em Novembro, cresceram 20% face a 2021) e da energia (+24,7%); a cobrança de impostos (até Novembro, o Ministério das Finanças “arrecadou” 47.359 milhões de euros, ou seja, +7053 milhões de euros do que inicialmente previsto para 2022) e uma inflação que vai continuar elevada (o Banco de Portugal estima uma taxa de 5,8%).

Este contexto de profundas dificuldades sentidas pelos trabalhadores e reformados, e pela população em geral, contrasta com a abundância financeira revelada pelos grandes grupos económicos e a banca, que continuam a exhibir lucros colossais de forma despudorada: as 12 principais empresas do PSI20 anunciaram resultados de 2000 milhões de euros no 1.º semestre de 2022, ou seja +60% em relação em 2021, agravando-se assim o fosso entre os mais ricos e os mais pobres.

Já a “resposta” do governo PS (com os “bolsos cheios” e com a conivência da UGT) às dificuldades dos trabalhadores, foi uma actualização dos salários de 3,6% (em média) para o corrente ano, ou seja, a continuação da política de empobrecimento dos trabalhadores, que só em 2022 perderam cerca de um mês de salário. E se recuarmos a 2009, então a perda de poder de compra é equivalente a três salários, o que é inaceitável!

É urgente devolver a dignidade e valorizar o trabalho e os trabalhadores, e exigir uma política que garanta um futuro melhor e uma vida digna, repondo o poder de compra. O governo PS pode e devia fazer diferente, se fosse essa a sua opção política, como fixar os preços dos bens essenciais e taxar os lucros extraordinários.

A Proposta Reivindicativa Comum para 2023 – subscrita pelo STAL no âmbito da Frente Comum – apresenta soluções que valorizam os trabalhadores e o reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado. Já a opção do governo PS (inscrita no Orçamento do Estado para 2023) insiste no empobrecimento e na desvalorização dos trabalhadores, bem como no desinvestimento dos Serviços Públicos, ignorando os interesses das populações e do País.

COMBATER AS POLÍTICAS DE DIREITA

A política de direita prosseguida pelo PSD/CDS e PS – agora também com a conivência da Iniciativa Liberal e do Chega – impôs o desinvestimento dos Serviços Públicos, a precarização dos vínculos e o encerramento de serviços, com óbvios prejuízos para os trabalhadores e as populações. Veja-se as medidas apresentadas para “responder a esta situação excepcional”: pontuais e caracterizadas pela insuficiência e pelo carácter assistencialista.

As medidas contidas no OE2023 são de uma gritante injustiça e muito insuficientes, e não só não respondem aos problemas concretos dos trabalhadores, do povo e do País, como agravam o seu futuro de forma permanente, conduzindo ao empobrecimento de trabalhadores, reformados e pensionistas; à precariedade, que afecta sobretudo os jovens; e à degradação das condições de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública, e em especial os da Administração Local.

A situação actual exige medidas imediatas para aumentar os salários e pensões, travar a especulação, a degradação das condições de vida e a exploração, proteger e reforçar os serviços públicos e as Funções Sociais do Estado.

Este é um Governo que proclama preocupações e se desfaz em elogios aos trabalhadores da Administração Pública, mas continua a desrespeitar o direito à negociação e contratação colectiva, e insiste em políticas que os empobrecem.

Além de insuficientes, os aumentos verificados em 2022 e para 2023 comprimiram ainda mais os salários na Tabela Remuneratória Única e nas tabelas indiciárias, cada vez mais injustas, tecnicamente caóticas e ilegais, já que violam a proporcionalidade que a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas impõe, levando a que quase não exista diferença entre as tabelas salariais da Carreira Geral de Assistente Operacional e de Assistente Técnico. E há trabalhadores que com 30 anos de serviço estão na base salarial da Administração Pública.

À degradação dos salários, somam-se carreiras profissionais completamente desvalorizadas e um sistema de avaliação de desempenho (SIADAP) que continua a penalizar fortemente os trabalhadores.

A estes problemas, acresce também a questão do Suplemento de Penosidade e Insalubridade (que não inclui a componente de risco), aprovado pelo OE2021, que continua a não ser aplicado de forma adequada na maioria das autarquias, e em muitos casos está a ser atribuído sem qualquer consulta ao STAL, de forma restritiva e economicista, excluindo profissões e funções penosas e insalubres, atribuição de níveis de penosidade de forma injusta, previsão de pagamento de 11 em vez de 12 meses e sem respeito pela retroactividade a Janeiro de 2021 como é devido, pagamento à tarefa, penalizando milhares de trabalhadores.

Mantém-se, ainda, a vergonhosa proibição da acumulação de indemnizações atribuídas por incapacidade parcial permanente com as respectivas remunerações – direito roubado aos trabalhadores no período da ‘troika’ e que urge recuperar –, e a municipalização de Funções Sociais do Estado, caminho que acarreta prejuízos de difícil reversão.

No sector empresarial público e privado, os problemas continuam a ser muitos e graves. Na Águas de Portugal, o Acordo Colectivo de Trabalho continua por cumprir e a sua revisão por efectuar, mantendo-se fortes disparidades salariais e desigualdade no plano dos direitos; na EGF, os problemas arrastam-se e agravam-se; no plano das empresas municipais há processos negociais bloqueados e violação de direitos; e no privado, o bloqueio e a recusa negocial, a falta de liberdade sindical são a regra, e a exploração do trabalho, em especial no sector dos resíduos, continua a aumentar e a agravar-se.

Nas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários é indispensável valorizar salários, respeitar os horários de trabalho e garantir o direito à carreira.

Face à situação descrita, a Direcção Nacional do STAL, reunida em 12 de Janeiro de 2023, decide prosseguir e intensificar a luta por:

- Aumento salarial de 10%, num mínimo de 100€ na TRU, para todos os trabalhadores; aumento do salário mínimo na Administração Pública para 850€; e actualização do subsídio de refeição para 9€;
- Correção justa e real da Tabela Salarial - TRU;
- Revogação do SIADAP, e a sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, equitativo e justo;
- Aplicação efectiva do SPI, e a inclusão do risco, abrangendo todos os trabalhadores que desempenham actividades penosas, insalubres e de risco;
- Descongelamento das promoções e das progressões nas posições remuneratórias, abrangendo todas as carreiras e categorias;
- Reposição e valorização das carreiras, índices remuneratórios e dos conteúdos profissionais específicos;
- Actualização do valor de todos os suplementos remuneratórios;
- Reposição do pagamento das horas extraordinárias, do trabalho normal em dias feriado e de todos os suplementos que foram alvo de cortes no período da troika, com acréscimo de 50 % na 1.ª hora e de 75 % nas seguintes, nos dias úteis; e de 100 % nos dias de descanso, salvo regimes mais favoráveis; e reposição do descanso compensatório;
- Na ADSE, reposição do valor das contribuições, para 1,5% sobre o período de 12 meses;
- Reposição dos escalões de IRS; maior justiça fiscal e protecção dos rendimentos do trabalho;
- Reposição integral do direito à indemnização devida por motivo de acidente de trabalho e/ou doença profissional;
- Reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado, com especial destaque para a salvaguarda do Serviço Nacional de Saúde.

Perante a ausência de respostas aos problemas vividos pelos trabalhadores e o agravamento da crise económica e social, só temos um caminho, o da intensificação da acção reivindicativa nos locais de trabalho e da luta pela

melhoria das condições de vida e laborais, o que exige de todos os dirigentes, delegados e activistas um acompanhamento e intervenção permanentes na resposta aos problemas dos trabalhadores.

A Direcção Nacional do STAL manifesta a sua firme determinação em prosseguir a luta pela concretização das suas reivindicações, e aprova a realização de um “Mês de Esclarecimento e de Luta” (de 16 de Janeiro a 15 de Fevereiro), que contempla um conjunto de acções, em todos os sectores de actividade, em locais de trabalho e em espaços públicos por todo o País, e cujo arranque será dado já na próxima segunda-feira (dia 16, às 11h00), em frente aos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Almada; bem como no “Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta” promovido pela CGTP-IN, em 9 de Fevereiro.

Lisboa, 12 de Janeiro de 2023

A Direcção Nacional